

## **A Atuação das Forças Armadas na Resposta à Crise Migratória Venezuelana no Estado de Roraima**

Marcelle Ivie da Costa Silva<sup>1</sup>  
André Andriw Santos da Silva<sup>2</sup>  
Bárbara Soares Gomes<sup>3</sup>  
Karla Priscila Vale de Sousa<sup>4</sup>  
Lisa Stephane Sousa Barbosa<sup>5</sup>  
Paulo Henrique Rodrigues da Costa<sup>6</sup>

### **Resumo**

O artigo tem como objetivo fazer uma breve análise acerca do uso do componente militar na resposta à crise migratória oriunda do alto fluxo de entrada de venezuelanos no estado de Roraima. Para o tal, optou-se por fazer um levantamento sobre a crise da Venezuela, a fim de contextualizar o elevado número de deslocamentos do país. Em seguida, são analisados os impactos da crise migratória no estado de Roraima, principal via de entrada dos imigrantes venezuelanos no Brasil. Por fim, analisou-se a resposta do governo brasileiro frente à crise migratória, tendo este adotado como estratégia de ação emergencial as Operações Acolhida e Controle. Esta pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, da qual adotou-se como método a análise qualitativa diluída no estudo de caso. Foram utilizadas como fontes artigos militares e acadêmicos, documentos governamentais e dados disponibilizados por organizações nacionais e internacionais. Após as análises, considera-se que a participação das Forças Armadas neste cenário foi essencial para atender às necessidades e desafios humanitários, visto que a logística militar é mais eficiente para gestão de crises multifacetadas. Concluiu-se que, através das operações Acolhida e Controle, as Forças Armadas estabeleceram as ações de emergências necessárias para administrar o fluxo migratório no estado de Roraima.

**Palavras-chave:** Roraima; Venezuela; Forças Armadas; Operação Acolhida; Operação Controle.

---

1 Doutora em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).  
Professora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima (UFRR).

2 Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

3 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

4 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

5 Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

6 Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima (UFRR).

## **Introdução**

Segundo Franchi (2019, p. 3), a Venezuela vive três crises distintas, mas correlacionadas. A primeira, de caráter político, diz respeito a desarticulação do estado de direito no país, seguido de ondas repressivas contra população. Por outro lado, a segunda, de origem econômica, decorre da queda do preço do barril de petróleo nos últimos anos, afetando diretamente a importação de bens, ocasionando a terceira crise, de cunho social, da qual é determinada pela fuga de venezuelanos, em função da ausência de produtos de básicos e perspectiva de vida.

A atuação das Forças Armadas Brasileiras frente à questão migratória em Roraima corresponde em uma ação de exércitos pós-modernos, tendo em vista a magnitude dos desafios enfrentados pela instituição em missões humanitárias. Trata-se de esforços ainda sem previsão de encerramento dado o aprofundamento da crise na Venezuela, elevando a complexidade dos problemas enfrentados na fronteira Norte (OLIVEIRA, 2018).

Nesse sentido, esta pesquisa propõe-se analisar o uso do componente militar na resposta à crise migratória oriunda do fluxo de entrada de venezuelanos no estado de Roraima, optando-se por levantar informações sobre a crise da Venezuela, a fim de contextualizar o elevado número de deslocados do país. Posteriormente, analisa-se os impactos do fluxo migratório em Roraima e, conseqüentemente, a resposta brasileira frente à crise.

Assim, justifica-se este trabalho a partir da percepção de que a participação das Forças Armadas é de fundamental importância para o gerenciamento da questão migratória no estado de Roraima, sobretudo por meio do apoio logístico coordenado com demais organizações de interesse. De outro modo, constatou-se que existe uma lacuna científica acerca do tema, o que apropria a elaboração deste esforço acadêmico a fim de contribuir cientificamente sobre a atuação das Forças Armadas em missões humanitárias no Brasil.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, da qual utiliza como método a análise qualitativa diluída no estudo de caso. Ademais, utilizou-se artigos militares e acadêmicos, como também documentos produzidos por órgãos federais e internacionais.

Na primeira seção, aborda-se sinteticamente a crise na Venezuela a fim de contextualizar os motivos do elevado fluxo migratório para os países vizinhos, inclusive o Brasil. Observa-se que, a hiperinflação, alinhada com a escassez de produtos básicos e o desemprego generalizado favoreceram a intensificação do fenômeno desde 2015.

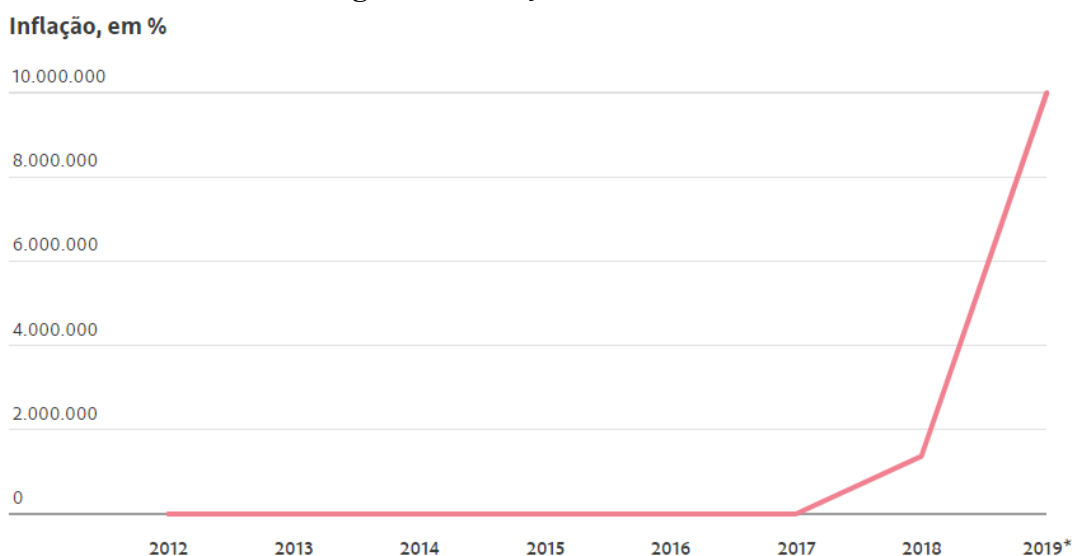
Ainda, na segunda seção, analisa-se os impactos gerados pela entrada desses migrantes no estado de Roraima. No caso, o contingente populacional não consegue ser absorvido com maior fluidez, tendo em vista a existência de uma infraestrutura de serviço público sucateada e um mercado de trabalho atrofiado no estado. Dessa forma, já na terceira seção, avalia-se a resposta brasileira frente à crise, dando destaque para a Operação Acolhida e Controle.

Conclusivamente, através das operações Acolhida e Controle, as Forças Armadas estabeleceram ações de emergências necessárias para gerenciar o fluxo o migratório em Roraima. Tais iniciativas são consideradas diferenciais no mundo militar, visto que atendem as demandas de modernização das Forças Armadas, as quais são gradualmente requisitadas para atuarem em contextos de crise humanitária.

## 1. A crise na Venezuela

Desde 2015, a Venezuela passa por um intenso processo de migração, sendo este fluxo consequência da grave crise socioeconômica e política enfrentada pelo país. Este cenário foi ocasionado por fatores diversos e complexos, tais como altas taxas de desemprego e criminalidade, falta de produtos básicos e medicamentos para a população, além de um processo de hiperinflação que, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), sofreu um aumento de mais de 1.000.000% entre o início da crise até 2018, sendo a estimativa de 10.000.000% para o ano de 2019, , conforme indica a projeção na figura 1.

**Figura 1: Inflação na Venezuela**



Fonte: Folha de São Paulo com base no FMI (2019).

É importante destacar que a economia venezuelana se caracteriza por ser dependente das exportações de petróleo, sendo assim vulnerável às quedas do preço do produto no comércio internacional. Ainda, o país possui um setor produtivo limitado, de forma que não consegue suprir a demanda interna, necessitando de importações que se mantinham com os dividendos da produção de petróleo. Franchi (2019, p. 3) afirma que “a crise foi exacerbada pela dependência excessiva em relação à importação de gêneros de primeira necessidade para a população, em decorrência de produção interna insuficiente”.

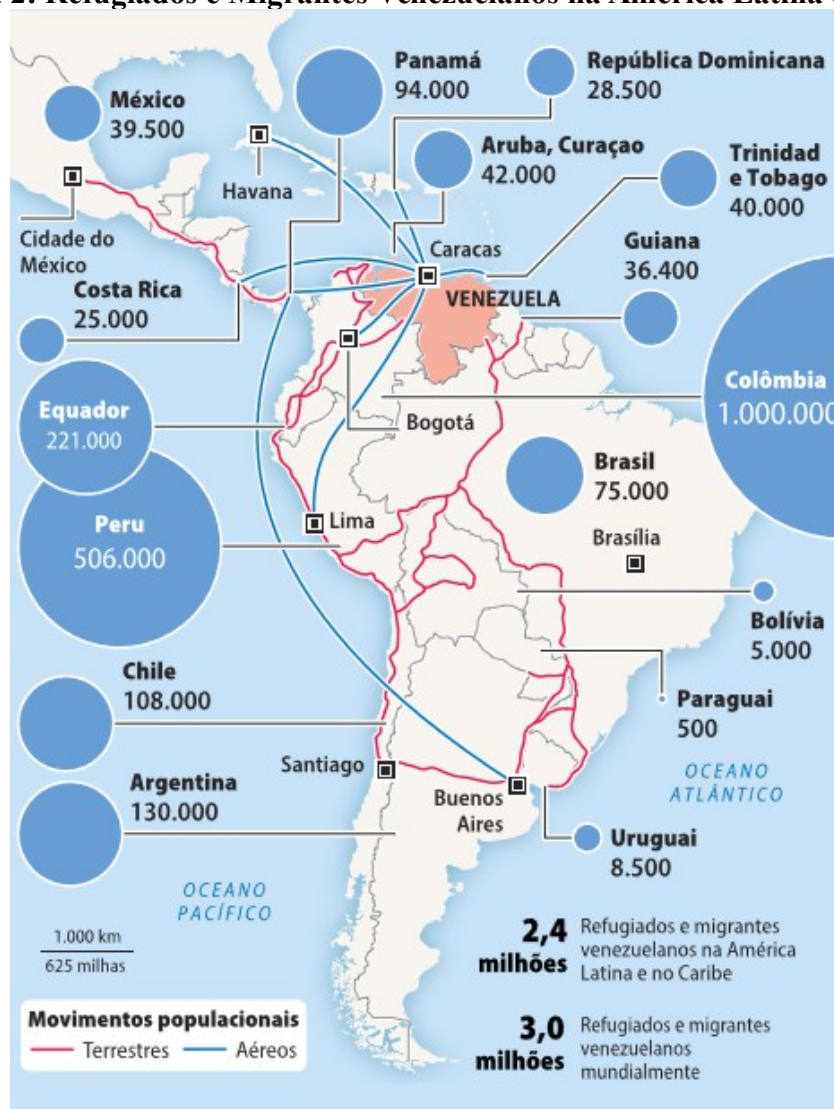
Ainda, da perspectiva política, a instabilidade se encontra presente desde o governo de Hugo Chávez, tendo se agravado durante o atual governo de Nicolás Maduro. Outro ponto que persiste na política venezuelana é o alto índice de corrupção e desequilíbrios entre os três poderes. Observa-se também o fortalecimento de grupos paramilitares e milícias que atuam contra a população.

Já o colapso do setor social é oriundo das crises política e econômica. A insatisfação da população com o governo se tornou mais forte com a carência de manutenção dos programas sociais e pelo sentimento de insegurança em virtude do aumento da violência. Outro fator é a falta de insumos, como comida, medicamentos e de atendimento no setor público e quando há, o salário não é suficiente para obter os produtos necessários por conta da hiperinflação. A partir deste cenário, muitos venezuelanos deixaram seu país em busca de serviços básicos e uma melhor qualidade de vida.

## 2. Impactos da crise migratória venezuelana no estado de Roraima

A crise social, política e econômica da Venezuela impactou de forma significativa o cenário regional (VAZ, 2017). Estima-se que, até novembro de 2018, cerca de 3 milhões de venezuelanos haviam deixado seu país, se deslocando principalmente para Colômbia, Peru, Equador, Argentina, Chile, Panamá e Brasil, conforme ilustra a figura 2:

**Figura 2: Refugiados e Migrantes Venezuelanos na América Latina e Caribe**



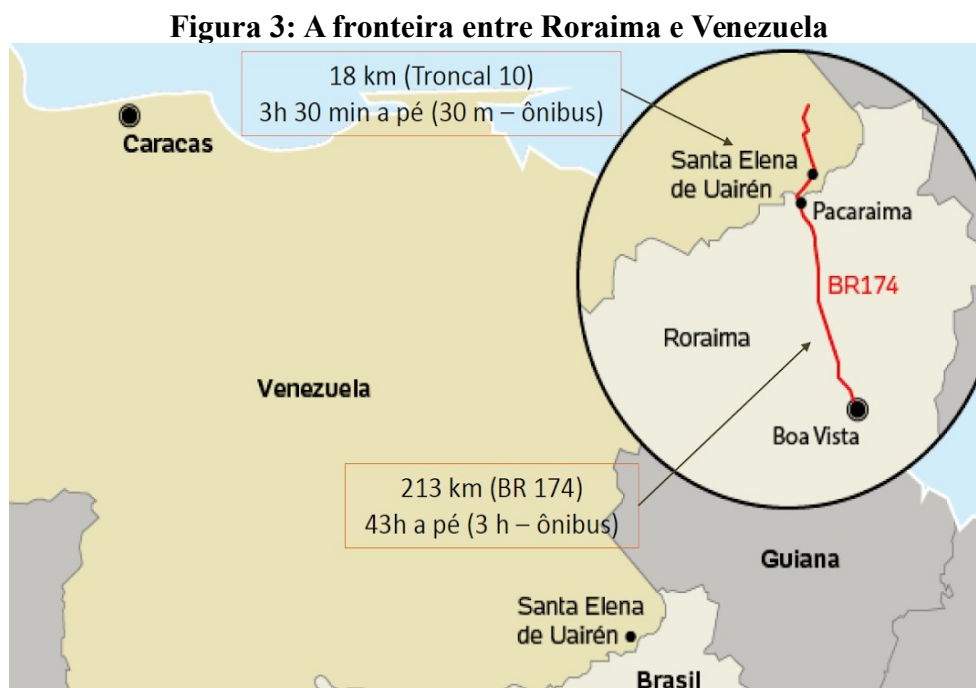
Fonte: UNHCR/ACNUR apud FRANCHI (2019, p. 5)

A principal entrada desses imigrantes no território brasileiro é através da BR 174, pelo município de Pacaraima<sup>7</sup>, localizado no extremo norte do estado de Roraima, e muitos têm como destino a capital, Boa Vista. É nestas duas cidades que há maior concentração de imigrantes venezuelanos, além de grande parte dos abrigos e ações de assistência voltadas para esta população.

Destaca-se que o estado é uma região estratégica para a Defesa Nacional, possuindo cerca de 1922 quilômetros de fronteiras internacionais, sendo destes 964 quilômetros com a

<sup>7</sup> Do lado venezuelano, a cidade fronteiriça é Santa Elena do Uairén, região marcada pelos movimentos pendulares com o Brasil, em especial no setor do comércio.

Venezuela, conforme figura 3. Parte desta fronteira fica situada em área de lavrado, facilita o deslocamento ilegal de pessoas, tendo em vista sua porosidade e difícil monitoramento.



Fonte: Ministério da Defesa (2018).

Ainda, Roraima possui uma das menores densidades demográficas do país, de forma que sua infraestrutura de serviços básicos, especialmente saúde<sup>8</sup> e segurança, não conseguiram absorver os contingentes populacionais, de forma que os impactos sociais, tais como mendicância e superlotação de hospitais se tornaram frequentes tanto em Pacaraima como em Boa Vista. Sobre este cenário, Franchi (2019, p. 8) destaca que:

Em tese, a absorção de um número inferior a 60 mil migrantes não deveria representar um problema grave em um país com mais de 200 milhões de habitantes. Entretanto, ao se levar em consideração as dimensões do Estado de Roraima, seu relativo isolamento geográfico e as limitadas capacidades do seu governo para lidar com uma entrada em massa de refugiados, entende-se como o número de deslocados venezuelanos passa a impactar diretamente nos serviços públicos, na precária infraestrutura disponível e na própria dinâmica social local. A impossibilidade de o Estado prover assistência de saúde, tanto a seus nacionais quanto aos deslocados, é uma das preocupações que cercam as crises migratórias em diferentes locais do planeta.

Além de acentuar a fragilidade do sistema público de prestação de serviços do estado, até o final de 2017 não haviam sido disponibilizados abrigos para os imigrantes, tendo como consequência um crescimento exponencial da população de rua que passaram a ocupar praças e outras áreas públicas (FRANCHI, 2019). Concomitantemente, o mercado de trabalho local

---

8 No final de 2016, o estado de Roraima decretou estado de calamidade pública na área da saúde.

não foi capaz de absorver a mão-de-obra desses imigrantes, o que fez com que alguns recorressem a atividades ilícitas, agravando a situação de vulnerabilidade dessas pessoas.

### **3. Resposta do governo brasileiro frente à crise**

A presença dos militares em situações de crise humanitária é apontada como um dos papéis subsidiários das Forças Armadas por Fischer (2011, p. 1). A autora também destaca que, em situações extremas, as repostas devem ser “rápidas, coordenadas e apropriadas” para garantir que a crise seja efetivamente mitigada. Evidencia-se que os militares possuem o “pessoal, equipamento, treinamento e organização necessários para prover ajuda imediata”. Ainda, observa-se que, nestas situações, a coordenação entre Forças Armadas, civis, atores governamentais e não governamentais são essenciais, considerando que os militares possuem capacidade logística, de organização e transporte que podem facilitar a atuação destas instituições.

O Brasil possui um lugar de destaque na participação das Forças Armadas em missões de paz no âmbito das Nações Unidas, tendo participado, desde 1956, em aproximadamente 50 missões, com envio de cerca de 50.000 militares ao exterior<sup>9</sup>, além de ter assumido posições de liderança. Entretanto, a atuação das Forças Armadas Brasileiras em crises humanitárias se limitava à estas missões, de forma que a crise migratória em Roraima se constitui como um desafio, considerando que está em território nacional.

O cenário de crise no estado foi reconhecido pelo governo federal, considerando que os governos estaduais e municipais não conseguiam atender ao elevado número de imigrantes. Inicialmente, foi publicada, em 15 de fevereiro de 2018, a medida provisória nº 820 que dispunha sobre medidas emergenciais de acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de crise humanitária. A medida também determina que essas ações emergenciais devem ser compostas por esforços no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais e de forma integrada entre os Ministérios, tendo como áreas prioritárias de atuação:

I – proteção social; II – atenção à saúde; III – oferta de atividades educacionais; IV – formação e qualificação profissional; V – garantia dos direitos humanos; VI – proteção dos direitos das mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, população indígena e comunidades tradicionais atingidas; VII – oferta de infraestrutura e saneamento; VIII – segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; IX – logística e distribuição de insumos; e X – mobilidade, distribuição no território nacional e apoio à interiorização das pessoas mencionadas.

Na mesma data, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9.285, que reconhece oficialmente a crise oriunda de fluxo migratório em Roraima e, considera que, decorrente do “aumento populacional temporário, desordenado e imprevisível observado no estado de Roraima”, decreta a situação de vulnerabilidade provocada pela crise humanitária.

Também no dia 12 de fevereiro de 2018, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9.286 que constituiu o “Comitê Federal de Assistência Emergencial”, sendo este encabeçado por representantes de vários Ministérios e órgãos governamentais, como a Casa Civil, o Ministério da Defesa e a Presidência da República.

Resultantes da medida provisória e dos Decretos Presidenciais mencionados, Oliveira (2018, p. 6) destaca que “o Ministério da Defesa publicou as Diretrizes Ministeriais nº 03/2018 e nº 04/2018, estabelecendo parâmetros e responsabilidades para a execução das

---

<sup>9</sup> Dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa.

operações Acolhida e Controle, respectivamente”. Essas operações serão analisadas nos próximos tópicos.

#### 4. Operações Acolhida e Controle

Tendo como missão “cooperar com os governos federal, estadual e municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade, decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”, a Operação Acolhida se configura como uma missão de natureza humanitária, conjunta e interagências. Sobre essas características, Oliveira (2018, p. 6) destaca que:

É humanitária, pois tem como finalidade principal o acolhimento de imigrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. É conjunta, pois envolve efetivos da Marinha, do Exército e da Força Aérea. E é interagências, pois ocorre uma clara “interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços”, no sentido de acolher os venezuelanos desassistidos, de maneira organizada, sistemática e eficiente.

Autorizada por meio da Diretriz Ministerial nº3/2018, a Operação Acolhida tem como pilares o ordenamento da fronteira, o abrigamento de desassistidos e a interiorização dos migrantes para outros estados do país. A operação envolve o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, em cooperação direta com os órgãos municipais, estaduais e federais, além de Organizações Internacionais Governamentais (OIGs)<sup>10</sup>, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil, conforme apresentado na tabela 1:

**Tabela 1: Órgãos, Organizações e Entidades que atuam em cooperação com a Operação Acolhida**

Órgãos Federais	Receita Federal, ABIN, Força Nacional, Vigilância Agropecuária Internacional, FUNASA; Departamento Público da União.
Órgão Estaduais	Governo de Roraima; CAER; Eletrobrás; SETRABES; Corpo de Bombeiros; Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde de Roraima.
Órgãos Municipais	Prefeitura Municipal; Secretaria Municipal de Obras; Secretaria de Ação Social; Guarda Municipal de Boa Vista; Conselho Tutelar.
Segurança Pública	Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Força Nacional de Segurança; Polícia Militar do Estado de Roraima; Polícia Civil de Roraima.
Organizações Internacionais	Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR); United States Agency for International Development/Office of U.S. Foreign Disaster Assistance (USAid/OFDA); Organização Internacional de Migração (OIM); United Nations Population Fund (UNFPA); Associação de Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI).
Organizações Não-	Fraternidade Federação Humanitária Internacional; Fundação Pan-americana para o Desenvolvimento; Fraternidade sem

<sup>10</sup> Com destaque para a cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Governamentais	Fronteiras; Telecom sem Fronteiras (França); Pirlampos; Associação de Bem com a Vida; Cia Cultural Bola de Meia; Ação do Coração; Instituto Gente Amazônica.
Entidades	Igreja Católica (Paróquia Nossa Senhora Consolata); Igreja Metodista; Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (Mórmons); Cruz Vermelha Internacional; Rotary Clube Internacional; ADRA – Associação dos Adventistas; Cáritas Brasileira; Exército da Salvação; Centro de Migração dos Direitos Humanos; Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados; Pastoral Universitária; Pastoral da Criança; Pastoral do Migrante; SENAC; SESC; JOCUM; APAE.

Elaboração própria com dados do Ministério da Defesa (2018).

Com a finalidade de planejar e colocar em prática as ações emergenciais, foi criada a Força-Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima, sendo este o braço operacional da Operação Acolhida. Os objetivos iniciais estabelecidos pela Força-Tarefa foram recepcionar, apoiar, identificar, imunizar, abrigar, distribuir alimentos e interiorizar os imigrantes em situação de vulnerabilidade oriundos da crise humanitária.

A Força-Tarefa também é responsável pela organização e estrutura dos Postos de Recepção e Identificação e dos Postos de Triagem (bases Pacaraima e Boa Vista). Nestes postos, estão presentes, além das Forças Armadas, a Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA), a Polícia Federal (PF), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Nos Postos de Triagem, os imigrantes recebem informações das agências e podem solicitar refúgio, residência temporária ou outras formas de ingresso no Brasil, além de receberem refeições, vacinas necessárias à manutenção da barreira sanitária e têm acesso à elaboração da documentação brasileira, como CPF e carteira de trabalho.

O segundo pilar da operação é o abrigo dos imigrantes, para este fim foram montados 13 abrigos em Roraima, sendo 2 em Pacaraima e 11 em Boa Vista. Cabe-se às Forças Armadas a parte logística e de segurança destes abrigos, já a gestão de 10 deles é de responsabilidade de outros órgãos e entidades (a tabela 2 apresenta a situação dos abrigos em maio de 2019). Nestes são distribuídas 3 refeições diárias, além de material de limpeza e higiene pessoal. Também são desenvolvidas atividades de integração, como aulas de português, rodas de conversa e sessões de cinema.

**Tabela 2: Abrigos em Roraima**

SITUAÇÃO EM MAIO/2019				
CIDADE	ABRIGOS	RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO	Nº DE ABRIGADOS	CAPACIDADE MÁXIMA
BOA VISTA	Hélio Campos	Fraternidade sem Fronteiras	231	250
	Jardim Floresta	NRC - Norwegian Refugee Council	593	600
	Latife Salomão	Forças Armadas	506	460
	Nova Canaã	Fraternidade	370	378
	Pintolândia	Fraternidade	521	480
	Rondon I	AVSI	755	750



	Rondon II*	AVSI	548	600
	Rondon III	AVSI	1060	1086
	Santa Tereza	Forças Armadas	544	514
	São Vicente	AVSI	355	290
	Tancredo Neves	Fraternidade	294	301
PACARAIMA	Janokoida	Fraternidade	496	350
	Alojamento BV8*	Forças Armadas	588	496
	TOTAL	-	6861	6555

Elaboração própria com dados do Ministério da Defesa (2019).

Visando promover a integração dos imigrantes venezuelanos, e sendo este o terceiro pilar da Operação Acolhida, o Governo Brasileiro lançou o programa de interiorização em abril de 2018, que realoca este contingente populacional presente em Roraima para demais localidades do Brasil. Nas cidades destinadas, os indivíduos recebem assistência de acolhimento, alimentação e apoio para reinserção social. Para participar deste processo, os interessados devem seguir alguns critérios básicos, como a regularidade no país e vacinas obrigatórias específicas.

A interiorização também pode ser realizada por meio de demais organismos fora do aparato estatal, principalmente em via de reunificação familiar e/ou oportunidades trabalhistas, em consonância com a operação ou de forma distinta. Segundo dados obtidos no Ministério da Defesa, até o início de maio de 2019, 8.778 venezuelanos já haviam sido interiorizados, sendo Sul e Sudeste as principais regiões de destino.

Concomitantemente à Operação Acolhida, o Ministério da Defesa por meio da Diretriz Ministerial nº 04/2018 determinou que o Exército Brasileiro desencadeasse a Operação Controle, a qual visa coibir os delitos transfronteiriços, assim como apoiar as ações de controle migratório, sob responsabilidade da Polícia Federal em Roraima (OLIVEIRA, 2018, p. 10).

Desse modo, o planejamento da operação ficou a cargo do Exército, por meio do Comando de Operações Terrestre (COTER), o qual elaborou a Diretriz de Planejamento Operacional Militar (DPOM), logo enviada ao Comando Militar da Amazônia (CMA), órgão militar responsável pelas forças na região amazônica.

Através do Plano de Controle elaborado pelo CMA, designou-se à 1ª Brigada de Infantaria de Selva intensificar a vigilância na faixa de fronteira por meio de ações militares preventivas e repressivas, sobretudo nas regiões dos pelotões especiais de fronteira. Além disso, priorizou-se a coordenação das atividades com a Força Tarefa Logística Humanitária, como também órgãos de segurança pública e agências governamentais de interesse (OLIVEIRA, 2018, p. 11).

Ao analisar-se as tarefas desempenhadas pela 1ª Brigada de Infantaria de Selva na Operação Controle até o momento, destacam-se: a) utilização de postos de controle nas BR-174 e BR-401, haja vista a ligação com a Venezuela e a Guiana; b) Visto a permeabilidade das fronteiras, há patrulhas aéreas e terrestres na região de Pacaraima e Bonfim; c) desestimulação das rotas clandestinas; d) ações coordenadas com outras operações.

Por fim, as operações analisadas nesta seção são de cunho operacional logístico das Forças Armadas em concordância com demais organizações de interesse envolvidas na gestão da crise em Roraima. No caso, a Operação Acolhida aprimorou a gestão dos abrigos, como também intensificou a interiorização dos migrantes, enquanto a Operação Controle busca mitigar os delitos transfronteiriços, os quais amplificaram-se por meio do fluxo migratório, exigindo respostas preventivas e repressivas

## **Considerações Finais**

A crise política, econômica e social da Venezuela desencadeou um intenso fluxo migratório, causando significativos impactos regionais. No Brasil, este impacto foi sentido, especialmente, no estado de Roraima, principal porta de entrada desses imigrantes. Situado no extremo norte do país, o estado possui baixa densidade demográfica e infraestrutura insuficiente para atender à demanda trazida pelos venezuelanos que, aliada à má gestão dos recursos públicos, sofreu pressões em setores como saúde e segurança.

A fim de responder à esta conjuntura, e considerando que os órgãos estaduais e municipais não conseguiam atender ao elevado número de imigrantes, o governo brasileiro atuou de forma a promover medidas de assistência emergencial. Para o tal, foram formuladas a Operação Acolhida, de natureza humanitária, e a Operação Controle, que visa aumentar a segurança na faixa de fronteira.

Baseado no tripé articulado de controle de fronteira, abrigamento e interiorização, a Operação Acolhida é emblemática por ser interagências, atuando diretamente e com sinergia cooperativa entre Organizações federais, estaduais, municipais e internacionais, bem como não governamentais. Em conjunto com tais organizações, as Forças Armadas oferecem postos de identificação, triagem, vacinação, atendimento médico, além de prover a infraestrutura dos abrigos, alimentação diária e higiene.

De outra forma, a Operação Controle visa mitigar os delitos transfronteiriços, dos quais sofreram aumento em consonância ao elevado fluxo de contingente populacional através da fronteira por meio de atividades repressivas e preventivas. Observou-se ações em conjunto com órgãos de segurança pública e Polícia Federal, sobretudo na BR-174 que dá acesso a Venezuela,

e a BR-401 que liga o Brasil à República Cooperativista da Guiana.

Em suma, a atuação das Forças Armadas na crise migratória venezuelana no estado Roraima não se caracteriza como uma securitização do tema, mas como um fator essencial para o apoio logístico e estrutural para as ações humanitárias emergenciais, considerando que a logística militar é a mais eficiente para situações de crises multifacetadas.

## Referências

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Venezuelan Situation: Responding to the Needs of People Displaced from Venezuela. Supplementary Appeal**, 2018. Acesso em: 5 jun. 2019. Disponível em: [reporting.unhcr.org/sites/default/files/unhcr%20venezuela%20situation%202018%20supplementary%20appeal.pdf](http://reporting.unhcr.org/sites/default/files/unhcr%20venezuela%20situation%202018%20supplementary%20appeal.pdf)

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 9.285**. Diário Oficial da União, 15 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial nº 9.286**. Diário Oficial da União, 15 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 820**. Diário Oficial da União, de 15 de fevereiro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretriz Ministerial nº 03/2018**. Ministério da Defesa, 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretriz Ministerial nº 04/2018**. Ministério da Defesa, 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Operação Acolhida**. Apresentação no Ministério da Saúde, 29 jun. 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/29/1.b-Apres-Cel-Merces-MS-1.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2019.

FISCHER, Elisabeth. **Disaster Response: The Role of a Humanitarian Military**. Army Technology, 2011. Disponível em: <https://www.army-technology.com/features/feature125223/>. Acesso em: 3 jun. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Dados de Inflação, Petróleo e Migração Mostram Escala da Crise na Venezuela**. Fevereiro, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/dados-de-inflacao-petroleo-e-migracao-mostram-escala-da-crise-na-venezuela.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: a atuação das Forças Armadas Brasileiras no Suporte aos Deslocados Venezuelanos**. Military Review, 2019.

OLIVEIRA, George Alberto Garcia de. **A Utilização do Componente Militar Brasileiro Frente à Crise Migratória da Venezuela.** Military Review, 2018.

VAZ, Alcides Costa. **A Crise Venezuelana como Fator de Instabilidade Regional.** Análise Estratégica, nº 3, p. 1-7. Brasília: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2017.